

# ANTI-CORRUPTION HELPDESK

PROVIDING ON-DEMAND RESEARCH TO HELP FIGHT CORRUPTION

## GUINÉ-BISSAU: VISÃO GERAL DA CORRUPÇÃO E ANTI-CORRUPÇÃO

### QUESTÃO

Uma visão geral da corrupção e esforços anti-corrupção na Guiné-Bissau, com uma ênfase especial nos sectores da agricultura e saúde.

### CONTEÚDO

1. Visão geral da corrupção na Guiné-Bissau
2. Quadro jurídico e institucional
3. Referências

### N.B

Esta é uma atualização duma resposta anterior da Helpdesk de 2014 sobre **corrupção e anti-corrupção na Guiné-Bissau**.

### Autor(s)

Kaunain Rahman

### Revisores (s)

Matthew Jenkins, Transparency International  
[tihelpdesk@transparency.org](mailto:tihelpdesk@transparency.org)

Data: 27 de abril de 2017

### SUMÁRIO

A Guiné-Bissau, um dos países mais pobres no mundo, é caracterizada por uma longa história de instabilidade política. Mortes, golpes de Estado e guerra civil interromperam o mandato de cada presidente eleito nos 40 anos desde a independência do país. Após o golpe de Estado de 2012, as eleições de 2014 foram vistas como o fim desse padrão de crises. No entanto, a decisão do presidente Vaz de demitir o primeiro-ministro Pereira em 2015 mergulhou o país no impasse novamente. Atualmente, o parlamento não se reuniu em mais de um ano e tensões recentes culminaram com a CEDEAO a ameaçar impor sanções específicas se os termos de um acordo de partilha de poder não forem respeitados.

A corrupção, a opacidade do governo e a falta de responsabilização pública são problemas importantes na Guiné-Bissau, problemas agravados pela posição do país como principal centro africano do narcotráfico. Acredita-se que as redes criminosas organizadas envolvidas no comércio ilícito tenham infiltrado todos os níveis do aparelho estatal.

Os quadros jurídicos e institucionais anti-corrupção do país permanecem inadequados e, apesar de algumas tentativas de reforma, os esforços anti-corrupção raramente vão para além de meras palavras.

## 1. PANORÂMICA DA CORRUPÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

### Antecedentes

A Guiné-Bissau, um dos países mais pobres do mundo, tem sofrido "instabilidade política crônica" desde a sua independência de Portugal em 1974 (FMI 2015, Banco Mundial, 2016). Na verdade, [nenhum líder eleito](#) conseguiu ainda chegar ao fim do seu mandato (Loewenstein 2016). O golpe realizado durante as eleições nacionais de 2012 mergulhou o país - já atormentado por corrupção desenfreada e tráfico de drogas - num caos adicional (BBC News 2015). Apesar das [proibições de viagem](#) aos líderes golpistas e apoiantes-chave impostas pela ONU na tentativa de restabelecer a ordem constitucional, o governo de transição, liderado por Manuel Serifo Nhamadjo, só realizou eleições em abril e maio de 2014, tendo José Mário Vaz chegado ao poder como Presidente (UN News Center 2012; BBC News 2015).

Um ano de relativa estabilidade seguiu-se às eleições de 2014, com [aparente cooperação](#) entre o presidente e o então primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, ambos membros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (Banco Mundial 2016). No entanto, esta parceria colapsou em agosto de 2015, quando o presidente Vaz [demitiu](#) todo o seu gabinete e colocou os ministérios sob o controlo das forças de segurança, reiniciando uma crise política (Banco Mundial 2016, Deutsche Welle 2016). Vaz [demitiu](#) então vários governos sucessores, nomeando finalmente Umara Sissoco Embaló para servir como primeiro primeiro ministro do país (Heritage Foundation, 2017).

No momento da redação, o parlamento não se reuniu há mais de um ano devido a [disputas em curso](#) entre facções rivais que apoiam Vaz e Pereira respetivamente (Reuters Africa 2017). Apesar de um acordo feito em 2016 em Conakry, a capital da vizinha Guiné, as principais disposições do acordo não foram respeitadas, resultando no atual impasse.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Nos termos do acordo, Vaz foi obrigado a nomear um novo primeiro-ministro aceitável para as diferentes facções e nomear um governo novo e inclusivo, mas os seus adversários rejeitaram

O Conselho de Segurança das Nações Unidas instou recentemente todas as partes a respeitar os termos do Acordo de Conakry e a CEDEAO, o bloco regional da África Ocidental, anunciou no final de abril de 2017 que, se os acordos de Conakry não forem implementados nos próximos 30 dias, iria impor-se sanções específicas contra aqueles que considera ser os responsáveis (Reuters Africa 2017).

O impasse político despoletou marchas de protesto regulares contra o presidente Vaz dado que "as pessoas estão cansadas" da crise que se lhe seguiu (Reuters Estados Unidos, 2017). Embora Vaz ainda não tenha reagido aos protestos, ele [defendeu](#) o seu historial no governo, afirmando ter reprimido a corrupção (Reuters, Estados Unidos, 2017). As Nações Unidas [advertiram](#) que os traficantes de drogas, assim como os "grupos terroristas extremistas", que procuram posicionar-se na região, poderiam explorar ainda mais uma situação tão volátil num país já altamente instável (Reuters Estados Unidos, 2016, Reuters, Estados Unidos, 2017).

Em 2016, o Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu reter pagamentos futuros para a Guiné-Bissau, a menos que o governo recuasse na decisão de resgatar os empréstimos de dois bancos privados (Reuters, Estados Unidos, 2016). Os [resgates](#) - realizados quase que instantaneamente e em segredo - teriam [beneficiado] as pessoas mais ricas do país e acionistas estrangeiros ricos, e são efetuados à custa de projetos urgentemente necessários para melhorar as infraestruturas e reduzir a pobreza "(Reuters Estados Unidos, 2016). No entanto, o FMI decidiu retomar os pagamentos até dezembro de 2016 ao inteirar-se da "posição resoluta das autoridades em rescindir os resgates bancários" que ascendiam a US \$ 58,3 milhões (Reuters Estados Unidos 2016b).

Analistas têm ligado a série de golpes desde 1998 ao surgimento da Guiné-Bissau como o primeiro "narco-estado" da África Ocidental (Chabal e Green, 2016). Apesar da suspensão dos fluxos de ajuda de doadores para o país e do bloqueio político atual, a economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se. A

a sua proposta de primeiro-ministro (Umara Mokhtar Sissoco Embaló) e os adeptos de Pereira boicotaram o governo Vaz.

previsão do crescimento real do produto interno bruto (PIB) é projetada acima de 5% em 2016, após uma taxa de crescimento de 4,8% em 2015 (Banco Mundial 2016, Heritage Foundation, 2017). A dependência do país da agricultura de subsistência, exportação de castanha de caju e ajuda externa (80% do orçamento) deixa a população exposta a choques comerciais (FMI 2015, Banco Mundial 2016, Heritage Foundation 2017, BBC News 2017).

Uma baixa pontuação de 0,424 no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento coloca a Guiné-Bissau na 178<sup>a</sup> posição num universo de 188 países (Human Development Reports 2016). O país tem também uma das piores taxas de mortalidade materna e infantil no mundo, com uma classificação de 7 e 5, respectivamente, em paralelo com uma esperança de vida ao nascimento de menos de 50 anos (CIA 2016).

## Alcance da corrupção

A corrupção é vista como sendo generalizada no país, e as elites são vistas como estando envolvidas em clientelismo e uso de influência com base em laços étnicos (Kohl 2010; Heritage Foundation 2017). A Guiné-Bissau aparece na 168<sup>a</sup> posição num total de 176 países pesquisados no âmbito do Índice de Percepção de Corrupção de 2016 ([CPI](#)) da Transparency International com uma pontuação de 16 em 100 (Transparency International 2016).

De acordo com o Índice de governação africana da Fundação Mo Ibrahim de 2016, a Guiné-Bissau é o país de pontuação mais baixa na África Ocidental em termos de "governação geral", abaixo da média regional em todas as categorias. No que diz respeito à segurança e ao estado de direito, o país também se encontra abaixo da média continental de 52,1 com uma pontuação de 43,7 (Mo Ibrahim Foundation 2016). Nas áreas de "oportunidade económica sustentável" e "responsabilização", a Guiné-Bissau encontra-se no 49º lugar e 45º no total de 54 estados pesquisados, com pontuações de 23,2 e 18 sobre

100, respectivamente. Esta tendência de desempenho inadequado nas áreas de transparência e responsabilização é refletida ainda pela baixa pontuação do país (38 em 100) nos [Indicadores de Integridade da África](#) da Global Integrity 2017.

A Guiné-Bissau também se situa mal nas seis dimensões-chave da governação avaliadas nos [Indicadores de Governação Mundial](#) 2015 do Banco Mundial. As pontuações baixas<sup>2</sup> em voz e responsabilização (25,6), estabilidade política e ausência de violência (31,9), eficácia do governo (4,3), qualidade regulatória (9,1), estado de direito (6,7) e controlo da corrupção (3,4) colocam em relevo as formas endêmicas e generalizadas de corrupção que permeiam todos os aspectos da vida diária guineense (Banco Mundial 2015).

A Guiné-Bissau é categorizada como "não livre na sua maior parte" e aparece em 119<sup>a</sup> posição num universo de 180 países avaliados no Índice de Liberdade Económica da Heritage Foundation de 2017 (Heritage Foundation, 2017). Acredita-se que a fraqueza institucionalizada decorrente da proteção ineficaz dos direitos de propriedade, um poder judicial corrupto e a opacidade nas estruturas regulatórias servem de travão ao dinamismo no setor privado (Heritage Foundation 2017). Além disso, tentativas limitadas de reforma estrutural não conseguiram melhorar substancialmente o quadro regulatório geral, resultando num desenvolvimento económico desigual, o que desencoraja o crescimento generalizado do emprego e dificulta o estabelecimento de novos negócios (Fundação Heritage 2017).

A corrupção no setor empresarial é desenfreada, como revelado pelo Inquérito Empresarial 2006 do Banco Mundial ([Enterprise Survey](#)), onde 44% das empresas inquiridas identificaram a corrupção como sendo uma grande restrição aos negócios (Banco Mundial, 2006). O inquérito [Doing Business](#), que mede a regulamentação comercial, classifica a Guiné-Bissau no 172º lugar dos 190 países avaliados em 2016 (Open Knowledge 2016). A [Matrix TRACE](#), que

<sup>2</sup> A classificação percentil 0 corresponde à mais baixa, e 100 corresponde à mais elevada

mede o risco de suborno de negócios em 199 países, classifica o país no lugar 138 no seu relatório de 2016.

## Formas de corrupção

### Corrupção pequena e burocrática

A pobreza generalizada e o baixo desenvolvimento humano, em conjunto com a "[fragilidade](#)" do Estado, constituem um terreno fértil para a corrupção pequena e [burocrática](#) na sociedade guineense (FMI 2015, Freedom House 2015).

As [tendências](#) para o período de 2006 a 2015 relatadas no Índice Ibrahim de Governação Africana indicam que, na área de "corrupção e burocracia", houve uma deterioração média de -9,6 (Mo Ibrahim Foundation 2016). Da mesma forma, no quadro da Matrix TRACE 2016 a pontuação da Guiné Bissau no domínio da "transparência do governo e dos serviços públicos" é de 64,<sup>3</sup> com base na avaliação da transparência governamental moderada e na fraca transparência na administração pública (TRACE International 2016).

A oferta de presentes para garantir contratos governamentais é uma ocorrência comum, observada no [Inquérito às Empresas de 2006](#), com 48,9% de empresas que denunciaram esse tipo de suborno em comparação com a média africana de 31,1 por cento. Além disso, para "fazer andar as coisas", quase dois terços dos entrevistados declararam que deveriam oferecer presentes a funcionários públicos e 27,6 por cento das empresas entrevistadas experimentaram pelo menos um pedido de suborno, em comparação com a média continental de 22,3 por cento, e uma média mundial de 17,4 por cento.

O trabalho dos funcionários públicos, na prática, é [comprometido](#) por interferências políticas, como a remoção frequente do cargo quando uma nova administração assume o poder (Global Integrity 2016). O recrutamento, a nomeação e a transferência raramente são baseados em mérito, sendo os factores determinantes a afinidade política e

conexões pessoais (Global Integrity 2016). Isto, aliado ao fato de que o governo muitas vezes tem dificuldades em pagar salários aos funcionários públicos, é muitas vezes visto como a principal fonte da corrupção burocrática (Lindner 2014). De facto, a questão dos pagamentos aos funcionários atingiu um ponto tão sério que a maior parte do orçamento de 2014 foi gasta em salários dos funcionários públicos, que tinham seis meses de atraso (Banco Africano de Desenvolvimento 2015).

Finalmente, a [progressão na carreira](#) geralmente depende de ligações políticas e, apesar da concorrência e da instabilidade em torno de postos políticos, uma carreira na função pública continua a ser uma oportunidade [lucrativa](#) (Africa Center for Strategic Studies 2013, Global Integrity 2016).

### Corrupção de grande dimensão e impunidade

Dada a "instabilidade política crônica" do país, as formas grandiosas e sistêmicas de corrupção talvez não constituam uma surpresa (FMI, 2015). O período tumultuoso que se seguiu à demissão do governo pelo presidente Vaz viu a nomeação de cinco primeiros-ministros num período de nove meses (Deutsche Welle 2016b). Carlos Correia foi nomeado primeiro-ministro logo após Domingos Pereira em setembro de 2015 (Reuters World News 2015). Nessa altura, a presidência rejeitou a proposta dum Executivo de 34 membros apresentado por Correia, citando a inadequação do orçamento do estado para suportar o custo.

No entanto, o presidente Vaz alegadamente criticou o fato de que o gabinete proposto era em grande parte composto por ministros do governo demitido de Pereira, alguns dos quais enfrentam processos judiciais por suposta corrupção. Devido à autocensura dos meios de comunicação social e à falta de informações publicamente disponíveis, não foram encontrados mais detalhes sobre este assunto.

O governo eleito em 2014 manifestou o seu compromisso em combater a corrupção e melhorar a

<sup>3</sup> Cada país recebe uma pontuação de 1 a 100 para cada domínio. Uma pontuação mais alta indica um risco mais elevado de corrupção em negócios.

transparência. No entanto, em pouco mais de um ano, o Secretário de Estado das Comunidades foi detido devido a suposto envolvimento numa rede ilegal que vendia passaportes diplomáticos e de serviço. Os controversos resgates dos bancos comerciais, que levaram o FMI e os doadores a retirar o seu apoio financeiro, também ocorreram sob os ex-ministros Domingos Simões Pereira e Carlos Correia (Reuters, Estados Unidos, 2016). Em julho de 2015, o ministro dos Negócios Estrangeiros foi impedido de deixar o país devido a um inquérito em curso sobre o seu envolvimento num acordo de pesca com uma empresa chinesa em 2013 (Freedom House 2016). Embora não tenha sido possível encontrar mais informações sobre a natureza do envolvimento do ministro, houve vários casos no passado envolvendo corrupção no setor das pescas.

Por exemplo, durante as avaliações de 2005 dos acordos de pesca da UE na Guiné-Bissau, os autores do relatório relataram que havia US\$ 0,8 milhões de fundos da UE desaparecidos no ano de 2003 a 2004. Também foi observado que as multas cobradas de barcos de pesca foram transferidas do transgressor para contas privadas, e não para contas do Tesouro, e depois desapareceram (Standing 2011). Também foi observado que no início dos anos 2000, o Ministério das Pescas emitiu licenças de pesca para a China como contrapartida de dívidas acumuladas através de empréstimos para o desenvolvimento de infraestruturas pesqueiras. Em 2004, todos os pagamentos de licenças de pesca chinesas para observadores a bordo e impostos para o desembarque de capturas de peixes foram descontados como reembolsos da dívida, no valor de mais de US\$ 2,15 milhões. Estes reembolsos de dívidas não apareceram na conta do Tesouro (Standing 2011).

Francisco Benante, o Alto Inspetor Contra a Corrupção do Escritório Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau, opinou que a corrupção atua como um "vírus" no país e que "medidas ousadas" seriam necessárias para pôr fim à impunidade de que goza a elite. Ele acrescentou que, com a corrupção no país sendo tão generalizada, o moral da população do "nível superior para o mais baixo" é profundamente afetado (UNIOGBIS 2016).

De acordo com a Amnistia Internacional, [não houve progressos](#) nas investigações sobre as violações dos

direitos humanos no passado, incluindo os assassinatos políticos entre 2009 e 2012. Além disso, a crise política em curso desacelerou a implementação das recomendações da Avaliação Periódica Universal (UPR) da ONU de 2015 e impediu reformas económicas e sociais (Amnistia Internacional 2016).

#### Comércio Ilícito e crime transnacional

Acredita-se em grande medida que o estatuto da Guiné-Bissau como centro de [trânsito](#) para o tráfico de cocaína da América do Sul para a Europa sirva para exacerbar e consolidar práticas corruptas (Heritage Foundation, 2017). As receitas da droga, muitas vezes em dólares dos EUA, constituem um [valor](#) superior à renda nacional legítima e sustenta uma enorme economia sombra que opera fora do sistema financeiro formal (Departamento de Estado dos EUA 2016).

De acordo com o [Departamento de Estado](#) dos EUA, a falta de capacidades do país para aplicar a lei, a suscetibilidade à corrupção, as fronteiras porosas e a localização vantajosa criam condições propícias para o tráfico. O Departamento acrescenta que o sistema político da Guiné-Bissau "permanece suscetível e sob a influência de traficantes de narcóticos", e que o conluio de funcionários do governo em todos os níveis dessa atividade criminosa limita uma avaliação completa, assim como uma solução para o problema (Departamento do Estado dos EUA 2016).

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) cita a Guiné-Bissau como o único exemplo de um [narco-estado](#) no mundo (Smolczyk 2013). Um alto funcionário da sede do UNODC em Viena afirmou que "no Afeganistão e na Colômbia, províncias individuais estão nas mãos dos senhores da droga. Aqui, é o estado inteiro" (Smolczyk 2013). Um [relatório](#) de 2013 do Centro Africano de Estudos Estratégicos argumenta que os padrões anteriores de corrupção e uso de influência na Guiné-Bissau precisavam de algum nível de apoio inter-elite ou interinstitucional para operar com [impunidade](#) (Departamento de Estado dos EUA 2016). No entanto, o tráfico de drogas apresentou os meios e o motivo para contornar o Estado, levando ao

enfraquecimento do Estado "como um todo, de dentro para fora". Isso forma um círculo vicioso onde as instituições enfraquecidas têm maior dificuldade em desafiar o sistema corrupto sistêmico (Centro de Estudos Estratégicos de África 2013, Loewenstein 2016, Departamento de Estado dos EUA 2016)

Existem vários exemplos para demonstrar o grau de corrupção e de impunidade. Apesar de serem sancionados como [narcotraficantes](#) pelo governo dos EUA em 2010, um oficial de alta patente, que foi por duas vezes chefe da marinha guineense, bem como o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea continuaram a servir nos seus postos militares elevados (Africa Center for Strategic Studies 2013).

Chabal e Green concordam que a Guiné-Bissau satisfaz o requisito de um "estado falhado", segundo a narrativa "imposta pelo Ocidente". No entanto, eles advertem contra uma "categorização" estereotipada do país, apontando para as deficiências da abordagem narco-estatal com a sua crença inerente de "que mudanças bem-sucedidas só podem vir de fora do país" (Chabal e Green, 2016). Eles notam que "as realidades" para os guineenses são "[mais complexas](#)", e que o comércio de drogas se desenvolveu como um meio para fornecer rendimentos ilícitos às elites quando outras fontes de rendimentos ilícitos provenientes da exploração ilegal de madeira, venda de licenças e monopólio sobre o comércio "declinaram ou secaram" (The Conversation 2016; Chabal e Green 2016).

De todas as formas, o progresso em relação à criminalidade organizada parece ser mínimo; em 2014 e 2015, apenas 15 cidadãos locais e estrangeiros foram presos pelo tráfico de drogas e apenas 13,5 kg de cocaína foram apreendidos (Loewenstein 2016). A ex-ministra da Justiça, Carmelita Pires, [reconheceu](#) que isso é pouco quando comparado aos vastos volumes de drogas traficadas, observando que agir eficazmente é difícil, já que o governo não "tem dinheiro e os contrabandistas de drogas têm tanto" (Loewenstein 2016).

O tráfico de [armas de fogo](#) através da Guiné-Bissau também é comum (UNODC 2017). Nos últimos anos, a procura chinesa alimentou o [abate ilegal de árvores](#)

com a alegada cumplicidade de oficiais de alta patente e políticos (Reuters UK 2014). As comunidades locais continuaram a criticar a [exploração de madeira](#) em larga escala, mas os seus esforços têm sido frustrados pelo assédio e pela repressão dado que "contra os militares, não há nenhuma resistência possível" (The Guardian, 2014). Alegadamente, o tráfico inclui a polícia, os guardas florestais e altos funcionários do governo e oficiais militares, com consequências [irreversivelmente](#) prejudiciais para o meio ambiente (The Guardian 2014).

## Sectores afetados pela corrupção

### Cuidados de saúde

De acordo com Médicos Sem Fronteiras (MSF), o sistema de saúde pública do país é disfuncional, sendo que muitas pessoas não têm acesso a serviços médicos, o que conduz a "[níveis inaceitáveis](#) de mortalidade, especialmente entre crianças e mulheres grávidas" (MSF 2015a). O pessoal da MSF relata problemas generalizados, incluindo falta de equipamento, pessoal médico com "muito pouco" conhecimento técnico e [corrupção](#) (MSF 2016). Mesmo o hospital nacional em Bissau, o último hospital de referência no país, é afetado pelos mesmos problemas que atingem os níveis mais baixos do sistema de saúde (MSF 2016).

O Departamento de Estado dos EUA também afirmou que o sistema de saúde guineense sofre de falta crônica de produtos farmacêuticos, fornecimentos médicos e profissionais de saúde, e que os hospitais não estão à altura dos padrões internacionais (OSAC 2016).

Embora a esperança de vida à nascença [tenha aumentado](#) em três anos durante o período de 2000 a 2012, a expectativa de vida saudável foi oito anos menor do que a esperança de vida geral à nascença (OMS 2015). Esta expectativa de vida saudável perdida representa oito anos equivalentes de saúde total perdida durante os anos vividos com morbidade e incapacidade (OMS 2015). O VIH, a tuberculose, a malária, as doenças respiratórias e as doenças nutricionais são as principais causas de morte (OMS 2015).

A percentagem total de despesas de saúde em termos de PIB em 2014 foi de 6%, das quais 20% representam as despesas de saúde das administrações públicas (OMS 2015). Uma política nacional sobre tecnologia da saúde, uma agência reguladora, uma unidade nacional de avaliação de tecnologia da saúde, bem como listas de dispositivos médicos, [não estão disponíveis](#) no país, de acordo com um relatório da Organização Mundial de Saúde publicado em 2014.

A instabilidade política crônica tem um impacto direto sobre a saúde (MSF 2016). Em 2016, os trabalhadores da saúde estiveram em greve por mais de um mês e meio porque não receberam salários (MSF 2016). No momento da greve, mesmo os [serviços mínimos](#) não estavam a ser assegurados (MSF 2016). Por exemplo, no hospital de Bissau, havia um médico e uma enfermeira para 160 camas pediátricas (MSF 2016). Em tais situações, os hospitais geralmente enviam a maioria dos pacientes para casa e atendem apenas aqueles que se encontram em situação crítica (MSF 2016).

A Guiné-Bissau enfrenta uma [série de questões](#) que excluem grandes segmentos da população de cuidados de saúde adequados. Primeiro, existe um sistema de pagamento para o acesso aos cuidados de saúde, e uma grande parte da população vive abaixo da linha de pobreza, com menos de dois dólares americanos por dia, o que é um grande impedimento para os cidadãos (MSF 2016). Em segundo lugar, o acesso físico aos centros de saúde constitui um desafio, especialmente para aqueles que vivem nas áreas rurais. A [densidade](#) por 100.000 habitantes para os postos de saúde é de apenas 5,6 e 30,8 para os hospitais regionais (OMS 2014). Além disso, a medicina tradicional é muitas vezes a principal escolha das famílias, em parte porque elas não têm os meios para ir a um centro de saúde. Finalmente, mesmo se as pessoas conseguem chegar a um centro de saúde, os funcionários, medicamentos e equipamentos nem sempre estão disponíveis (WHO 2015; MSF 2016).

Recentemente, em 2015, descobriram-se medicamentos antiepilepticos [falsos](#) na Guiné-Bissau.

Não foi possível identificar nem os fabricantes nem as fontes de distribuição para as marcas implicadas dado que os contatos eram falsos ou não eram suficientemente específicos. Tal cenário, em conjunto com os resultados da análise química, sugere a existência de uma rede criminosa organizada que produz medicamentos falsos (Otte 2015). Efetivamente, as [rotas comerciais](#) para o tráfico de cocaína também estão a ser usadas como condutas no comércio de medicamentos ilícitos (Hall e Antonopoulos 2016). Os medicamentos falsificados apresentam graves efeitos prejudiciais. Primeiro, os sintomas de abstinência podem ser graves. Segundo, a sua presença no sistema pode levar a uma perda de confiança no sistema de saúde e pode reduzir o acesso ao tratamento (Otte 2015).

No entanto, alguns esforços estão a ser feitos na Guiné-Bissau para melhorar o sistema de saúde pública. Em 2011, foi inaugurado um novo [Instituto Nacional de Saúde Pública](#) (INASA) com o apoio do Ministério da Saúde, FIOCRUZ, do Instituto Nacional de Saúde Pública (NPHI) do Brasil e da Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI 2017). A nova sede do INASA acolhe o pessoal administrativo e um espaço para reunião e formação.

O [objetivo](#) deste instituto é reforçar as principais funções de saúde pública, incluindo a ciência de laboratório, recolha e análise de dados e monitorização de epidemias (IANPHI 2017). A China está a investir US\$ 10 milhões para construir um campus do INASA que inclui a sede, a escola nacional de saúde pública, a faculdade de medicina e uma residência para hóspedes. Prevê-se que o INASA seja capaz de fornecer alertas antecipados de emergências e determinar o estado de saúde e as necessidades da população (IANPHI 2017).

Deve-se também notar que a pesquisa em saúde na Guiné-Bissau depende quase totalmente do financiamento externo (INASA 2013). O segundo plano nacional de desenvolvimento da saúde para 1998-2017 (PNDS-II) identificou [três áreas prioritárias](#) de pesquisa e concentração, a saber, a classificação de doenças transmissíveis e não transmissíveis, a identificação dos danos para a saúde, incluindo o

social e o económico, e o mapeamento de práticas e impactos da medicina tradicional (INASA).

### Agricultura

Mais de 80% das pessoas na Guiné-Bissau dependem da agricultura (FAO 2017). O caju e o arroz são duas culturas importantes, sendo a primeira a principal cultura comercial, contribuindo significativamente para as receitas de exportação do país (FAO 2017). Embora a campanha de caju tenha sido boa em 2016, nos últimos anos, inputs escassos, clima errático e infraestruturas fracas traduziram-se em níveis baixos de produção e a diminuição dos rendimentos para os agricultores (Banco Mundial 2016, FAO 2017).

Isto é particularmente preocupante dado que a economia formal do país é dependente de castanha de caju, que representa 90% da mercadoria de exportação (UNIOGBIS 2016). A monocultura de caju resulta em problemas de segurança alimentar e a forte dependência do seu comércio deixa a economia guineense suscetível a choques comerciais (UNIOGBIS 2016, Banco Mundial 2016, FAO 2017). O processo de plantação desta cultura também destrói anualmente entre 30 e 80 mil hectares de florestas, o que tem tido consequências ambientais devastadoras (UNIOGBIS 2016). Além disso, devido ao alto nível de tributação pelo governo, o contrabando de caju está em ascensão (The Africa Report 2015). No passado um grande exportador de arroz, o país atualmente importa quase metade dos seus bens alimentares, incluindo até 90 mil toneladas métricas de arroz por ano (Banco Mundial 2011). A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) disponibilizou-se para ajudar os agricultores guineenses a acelerar a produção de alimentos, desde introduzir novas variedades de arroz e criar gado até plantar hortas, no intuito de diminuir a sua vulnerabilidade face aos choques (FAO 2017).

Alguns observadores defendem a reforma de todo o processo, desde a produção até a comercialização, e a exportação de castanha de caju e outras culturas comerciais (UNIOGBIS 2016, FAO 2017). As principais iniciativas listadas pela FAO no quadro de uma reforma agrícola são as seguintes:

- realizar um recenseamento agrícola na Guiné-Bissau
- criar um sistema sustentável para a propagação e fornecimento de sementes alimentares
- diversificar a produção de alimentos
- realizar um inquérito florestal
- desenvolver um programa de agricultura comercial para ligar os pequenos produtores aos mercados
- promover o emprego juvenil nas cadeias de valor da produção de arroz
- desenvolver cadeias de valor de criação de animais de ciclo curto
- fortalecimento da resiliência das mulheres rurais

No entanto, o sistema político, com as suas profundas tensões estruturais, em conjunto com a opacidade e a corrupção nas operações governamentais, atua como um sério impedimento para qualquer reforma agrícola significativa (The Africa Report 2015).

### Poder judicial

A constituição da Guiné-Bissau prevê um poder judicial independente (Global Integrity 2016). No entanto, na prática, o poder judicial tem uma independência limitada e é amplamente considerado pouco operacional, o que impede a realização de um julgamento público justo (Departamento de Estado dos EUA 2015, Global Integrity 2016). Os juízes têm uma formação deficiente e os seus salários são insuficientes e pagos com irregularidade, e estão sujeitos à pressão política e à corrupção (Departamento de Estado dos EUA 2015, Freedom House 2016). O Relator Especial das Nações Unidas sobre a independência de juízes e advogados observou que o acesso à justiça é "ilusório" devido a uma séria escassez de juízes, procuradores e advogados, assim como um apoio financeiro insuficiente e falta de recursos (ACNUDH 2015; Departamento de Estado dos EUA 2015).

As autoridades judiciais também são vistas como sendo frequentemente tendenciosas e improdutivas, resultando em acumulação de casos para julgamento devido a atrasos, e as condenações são extremamente raras (OHCHR 2015, Departamento de Estado dos EUA 2015). Mesmo o procurador-geral teria sido sujeito a pressão política (Departamento de

Estado dos EUA). Tal cenário leva à falta de supervisão civil competente em relação às forças de defesa e segurança, que frequentemente [ameaçam](#) o processo político e o funcionamento das instituições do Estado (Freedom House 2016).

No entanto, em 2015, durante a crise política, o tribunal supremo decidiu que a nomeação pelo presidente de Baciro Djá como primeiro-ministro era constitucional, levando à demissão imediata de Djá. Esta decisão marcou a [primeira vez](#) que o tribunal supremo invalidou uma decisão do presidente (Departamento de Estado dos EUA 2015).

O Contra-Almirante José Zamora Induta, que chefiou o exército de 2009 a 2010, foi colocado sob prisão domiciliar pelos militares e transferido para o quartel com a suspeita de ter liderado um plano para derrubar o governo em 2012. O tribunal militar supremo, no entanto, [anulou](#) esta decisão, citando que o tribunal de acusação não tinha jurisdição, e Induta foi autorizado a deixar o quartel, mas não o país (Freedom House 2016).

O Ministério da Justiça lançou um programa quadrienal de reforma da justiça em 2015 para reforçar a independência e a integridade judicial, assim como o acesso e a realização de justiça (Freedom House 2016). Resta saber se o governo será capaz de [garantir](#) financiamento suficiente dos doadores para a sua implementação (ISSAT 2015, Freedom House 2016).

Anteriormente, de 2009 a 2013, o Fundo dos ODM realizou um programa conjunto com o governo da Guiné Bissau, com a participação do PNUD, UNODC, UNFPA e UN Women, para fortalecer a reforma do setor de justiça e segurança no país (Fundo ODM 2015). As principais realizações deste empreendimento incluíram a aprovação de uma lei sobre a mutilação genital feminina e a elaboração de uma lei sobre a violência doméstica, bem como a instalação de cinco "centros de acesso a justiça" que fornecem informações e assistência jurídica aos pobres (Fundo ODM 2015).

Forças de segurança (polícia e militares)

As forças policiais guineenses são consideradas [geralmente ineficazes](#) e corruptas. Os motivos para tal incluem a falta de formação básica, assim como salários baixos e irregulares; alegadamente, não há sequer fundos suficientes para fazer funcionar os veículos policiais (Departamento de Estado dos EUA 2015). A [pequena corrupção](#) prospera entre a polícia de trânsito, pois muitas vezes exigem subornos dos motoristas de veículos, independentemente destes e os seus veículos terem ou não documentos. Também há falta de apoio às infraestruturas para as forças de segurança, pois há escassez de instalações policiais de detenção, sendo que os prisioneiros não ficam sob custódia durante as investigações (Departamento de Estado dos EUA, 2015).

A impunidade é um problema sério. Por exemplo, [não existe uma lei específica](#) que estabeleça um órgão ou entidade de supervisão mandatada explicitamente para investigar a má conduta da polícia ou o abuso de força (Global Integrity 2016). Atualmente, o procurador-geral é responsável por investigar abusos policiais. No entanto, os funcionários dessa instituição também são mal pagos e suscetíveis a ameaças, corrupção e coação (Departamento de Estado dos Estados Unidos 2015).

O Índice de Anticorrupção de Defesa do Governo para 2015 coloca a Guiné-Bissau na banda F citando um "[risco crítico de corrupção de defesa](#)". A Assembleia Nacional Popular é responsável por examinar todas as políticas de defesa e exercer o direito constitucional para a sua realização confiando no trabalho da Comissão de Administração Interna, Poder Local e Defesa Nacional (CAIPLDN). No entanto, são [extremamente limitadas as evidências acerca](#) da eficácia e produtividade do comitê (Índice de Combate à Corrupção da Defesa do Governo, 2015).

As forças armadas e algumas entidades estatais foram [acusadas de envolvimento no tráfico de drogas](#), de acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Freedom House 2016). Em 2010, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos acusou dois indivíduos baseados na Guiné-Bissau, o ex-chefe de estado-maior da marinha guineense, José Américo Bubo Na Tchuto, e o chefe de estado-

maior da força aérea, Ibraima Papa Camará, como [chefes de drogas](#) (Departamento de Estado dos EUA 2016). Isso levou a que a US Drug Enforcement Administration prendesse Na Tchuto em 2013 (US Department of State 2016). A [impunidade](#) de que gozam os militares pode ser vista no caso de Camará, que continua como chefe de estado-maior da força aérea e como assessor chave do presidente Vaz enquanto membro do Conselho de Estado (Departamento de Estado dos EUA, 2016).

## 2. QUADRO JURÍDICO E INSTITUCIONAL

### Visão geral

No geral, as informações publicamente disponíveis sobre os esforços de combate à corrupção no país são limitadas. O golpe de Estado de abril de 2012 causou grandes retrocessos ao crescimento económico e às reformas iniciadas por governos anteriores. No entanto, o país está a restabelecer a [ordem constitucional após o golpe, o que permitirá que a nação priorize as áreas que carecem de mais atenção, incluindo a economia, a lei e a ordem](#) (Banco Africano de Desenvolvimento 2015). No entanto, mesmo antes do golpe de estado, relatórios e estudos mostraram que havia muitas áreas que devem ser melhoradas para garantir que a Guiné-Bissau tenha salvaguardas adequadas contra a corrupção ao nível da lei e na prática (Lindner 2014).

O Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza ([DENARP](#)) de 2011 a 2015 destacou áreas prioritárias para os esforços de combate à corrupção da Guiné-Bissau, incluindo o fortalecimento da formulação de políticas e planeamento estratégico, a reforma do quadro legal e institucional do sistema de planeamento, a reorganização e o reforço do sistema estatístico nacional, a reorganização e o fortalecimento do Tribunal de Contas e o Gabinete de Luta contra a Corrupção, a formação de membros da Assembleia Nacional do Povo no domínio da gestão das finanças públicas e a melhoria dos mecanismos de controlo económico e financeiro em todos as instituições da administração pública (FMI 2011; Lindner 2014). Dada a fase de transição que o país atravessou, esta

estratégia proposta foi estendida até 2018 (Banco Africano de Desenvolvimento 2015).

No entanto, a implementação dessas reformas permanece limitada, e não é evidente em que medida o governo atual está envolvido na sua prossecução. À luz da instabilidade política, recomendou-se que o poder presidencial tenha melhores controlos e contrapesos (Africa Center for Strategic Studies 2013). Atualmente, a formulação de um projeto de constituição está em andamento (Freedom House 2016). No entanto, não há dados atualizados sobre o conteúdo ou data de lançamento final do rascunho, já que o parlamento não se reuniu há mais de um ano (Reuters Estados Unidos, 2017). No início de 2017, [milhares](#) de manifestantes na capital da Guiné-Bissau exigiram que o presidente José Mário Vaz se demitisse para pôr fim à crise política que paralisou o país; a revolta pública está a crescer relativamente ao fracasso das negociações mediadas pela região para resolver rivalidades profundas no seio da elite política (Reuters Estados Unidos, 2017).

### Convenções internacionais

A Guiné-Bissau [ratificou](#) a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção em 2007 e é um [signatário](#) da Convenção da União Africana sobre a Corrupção. O país também [ratificou](#) a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

Em julho de 2010, a Guiné-Bissau tornou-se membro do [g7+](#) no contexto do New Deal for Fragile States. O New Deal é liderado por 19 países "frágeis" e afetados por conflitos, e os seus principais objetivos incluem a consolidação da paz, a construção do Estado, o apoio a transições para ultrapassar a fragilidade, dirigidas pelo país e de origem nacional, e a criação de confiança mútua através da disponibilização de ajuda, assistência e gestão de recursos (Banco Africano de Desenvolvimento 2015). As áreas de concentração do [g7+](#) são o reforço do aparelho judicial e a capacidade do governo central (Banco Africano de Desenvolvimento 2015).

No que se refere ao combate ao tráfico de drogas, a Guiné-Bissau não possui um tratado [bilateral de extradição](#) nem um tratado de assistência jurídica mútua com os Estados Unidos, embora faça parte de convenções multilaterais que possibilitem essa cooperação (Departamento de Estado dos EUA, 2016).

## Enquadramento jurídico interno

O artigo 231º do código penal estabelece que qualquer pessoa que testemunhe ou esteja ciente de um crime público é obrigada a denunciá-lo, caso contrário essa pessoa pode ser punida pela lei. O código penal [criminaliza](#) os atos de corrupção passiva e ativa no exercício de funções públicas, com pena até 10 anos (Global Integrity 2016).

Além disso, de acordo com o artigo 177º (2) do Código de Procedimento Penal, "funcionários públicos, gestores públicos e qualquer outro agente ou autoridade pública que tomem conhecimento de crimes no exercício e como resultado das suas funções devem denunciá-lo imediatamente". O Estatuto do Pessoal da Administração Pública, no Capítulo VI: Deveres e Direitos do Pessoal, artigo 64º, [estabelece](#) que o funcionário tem o dever de agir para garantir a confiança pública na administração (Global Integrity 2016). No entanto, não há lei de denúncia para proteger o funcionário público, deixando aqueles que informam sobre casos de corrupção vulneráveis a possíveis represálias (Global Integrity 2016).

## Liberdade de informação

A Guiné-Bissau [não possui](#) uma lei de liberdade de informação. No entanto, a Constituição da República da Guiné-Bissau estabelece, nos termos do artigo 34º, que "toda pessoa tem direito à informação e proteção jurídica, nos termos da lei" (Global Integrity 2016). Na prática, é extremamente difícil para os cidadãos obterem acesso a informações públicas, pois não existem estruturas ou mecanismos dedicados a permitir o acesso à informação (Global Integrity 2016). Além disso, os registos raramente estão disponíveis online porque a maioria das instituições públicas ou estatais não tem um portal na Internet e, quando disponível, geralmente estão

desatualizados. Em 4,3% dos casos, a percentagem de cidadãos com acesso à internet é escassa (Internet World Stats 2017). Além disso, há uma [forte resistência](#) à partilha de informações, mesmo quando solicitado num contexto específico, como pesquisa, consultoria ou um projeto de desenvolvimento (Global Integrity 2016; Freedom House 2016).

## Gestão das Finanças Públicas

A Guiné-Bissau iniciou alguns esforços para melhorar e modernizar a sua gestão das finanças públicas. Em 2009 e 2010, o governo adotou uma Lei Orgânica para Orçamentação e um Decreto de Contabilidade Pública que, em conjunto, [definem](#) o quadro legal do novo sistema de gestão de finanças públicas (FMI, 2010). O governo também aprovou uma legislação complementar que regulamenta o papel das diferentes entidades governamentais responsáveis pela formulação, execução e supervisão do orçamento (FMI, 2010). O relatório do FMI (2010) também nota a introdução do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas ([SIGIFIP](#)), uma ferramenta de tecnologia da informação para aumentar a eficiência e a segurança das transações orçamentais, que está a ser usada atualmente para [registar](#) automaticamente as despesas não tituladas (FMI 2016). Num esforço para reforçar a transparência das finanças públicas, as despesas e a gestão de tesouraria, as autoridades estão a acelerar a implementação das reformas da gestão das finanças públicas (PFM) de acordo com a sua estratégia de redução da pobreza (DENARP) de 2014 a 2018 (FMI, 2016).

No entanto, a crise política e a perda de apoio orçamental dos parceiros de desenvolvimento devido ao controverso [resgate bancário](#) aumentaram os desafios fiscais em 2016 (FMI, 2016). O resgate foi realizado em segredo, sem qualquer escrutínio do conselho de ministros ou do parlamento, e os custos e os riscos do resgate foram transferidos inteiramente para o governo (FMI 2016). Para evitar tais recorrências de esquemas de resgate problemáticos, a supervisão bancária regional está a esforçar-se para fazer com que os bancos procedam em conformidade com a regulamentação e melhorem a execução dos contratos (FMI, 2016). Efectivamente, a Comissão

Bancária da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) realizou uma inspeção no terreno aos bancos em questão para avaliar cenários das provisões necessárias, aumentos de capital e outras possíveis ações corretivas necessárias para que os bancos estejam em total conformidade com as normas regulatórias (FMI 2016).

Em 2015, uma lei foi aprovada e publicada pelo parlamento estabelecendo um procedimento trimestral para a divulgação de despesas públicas. De acordo com esta resolução, o Ministério da Economia e Finanças deve elaborar e aprovar um relatório sobre as despesas públicas a ser submetido à Comissão Permanente Especializada de Assuntos Económicos, Financeiros, Plano, Comércio e Indústria para avaliação, assim como ao parlamento para comentários (Global Integrity 2016). Embora esses relatórios tenham sido produzidos ao longo de 2015 e para o primeiro trimestre de 2016, nenhum deles foi validado pelos ministros das finanças no cargo e, portanto, nunca foi submetido à comissão especializada (Global Integrity 2016).

#### Combate ao branqueamento de capitais

De acordo com o Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), a [implementação](#) de medidas de combate ao branqueamento de capitais/financiamento de terrorismo (AML/CFT) e de devida diligência (CDD) na Guiné-Bissau é muito fraco. A Guiné-Bissau parece não ter feito nenhum progresso desde a apresentação dos comentários do terceiro relatório de acompanhamento do país em maio de 2012 (GIABA 2012).

O país foi avaliado como não conforme em 34 das 49 recomendações da GAF (Financial Action Task Force) na avaliação de 2008. Algumas áreas que exigem atenção incluem a implementação de processos de devida diligência, o tratamento adequado de pessoas politicamente expostas, melhorias na célula de informações financeiras, mecanismos para tratar os proprietários efetivos e a criminalização do financiamento do terrorismo (GIABA 2012).

A avaliação também constatou que o país é parcialmente compatível com 12 recomendações do GAF, indicando que esses domínios ainda possuem deficiências importantes. Por exemplo, embora a Guiné-Bissau possua legislação sobre a criminalização do branqueamento de capitais no seu código criminal, o relatório observa que nem todas as ações que devem ser consideradas infrações subjacentes ao branqueamento de capitais são criminalizadas e que a legislação tem limitações de aplicabilidade e não foi devidamente implementada no sistema legal (GIABA 2012; Lindner 2014).

O governo desenvolveu recentemente um plano estratégico nacional, que foi aprovado pelo Conselho de Ministros e posteriormente submetido ao parlamento para aprovação. O objetivo desta estratégia é reforçar e [mobilizar efetivamente](#) as recomendações do GAF para aproximar a Guiné-Bissau do padrão 2012 do GAF (FMI 2016). O governo também procura aplicar rigorosamente as leis e procedimentos de contratos públicos e processar rapidamente os infratores para dissuadir e destruir a procura de rendimentos ilícitos nos setores público e privado (FMI, 2016).

#### Quadro institucional

As informações publicamente disponíveis sobre o quadro institucional na Guiné-Bissau são limitadas e desatualizadas. Uma das razões para isso é o fato de a maioria das instituições não terem um portal na Internet (Global Integrity 2016). Por exemplo, o último [Perfil de País de Administração Pública](#) mais abrangente feito pelo Banco Mundial é de 2004. Desconhece-se até que ponto as instituições mencionadas são operacionais.

#### Alta Autoridade contra a Corrupção

A Alta Autoridade contra a Corrupção foi criada em 1995 para prevenir e denunciar atos de corrupção no seio da administração pública (IAACA 2012). É patrocinada pelo governo e é [responsável](#) pela monitorização e realização de atividades de combate à corrupção no governo e outras esferas na Guiné-Bissau (IAACA 2012; Lindner 2014). É composta por três juristas inspetores e juízes de formação e está sob a tutela da assembleia nacional. No entanto, não

existem informações adicionais online sobre a autoridade.

#### Célula de Informações Financeiras

O GIABA e o UNODC estabeleceram a Unidade de Tratamento de Informações Financeiras na Guiné-Bissau (CENTIF). No entanto, o orçamento limitado da célula impede que ela exerça plenamente as suas funções. Por exemplo, em 2012, apenas um relatório de transações suspeitas foi encaminhado para o Ministério da Justiça (GIABA 2012). No entanto, o governo comprometeu-se [recentemente](#) a fornecer uma autonomia adequada e recursos suficientes ao CENTIF para que possa cumprir o seu mandato, bem como garantir uma verificação adequada das declarações de ativos de altos funcionários públicos (FMI 2016). A Lei 7/99, a Lei de Divulgação, é o quadro legal que define diretrizes para supervisionar a transparência nas declarações de ativos por cidadãos que possuem uma "função pública" relevante (Global Integrity 2016). Os funcionários sob a supervisão desta lei incluem:

- o presidente da república
- o presidente da assembleia nacional
- o primeiro ministro
- o presidente do Supremo Tribunal de Justiça
- ministros, secretários de estado e outros membros do governo
- deputados
- membros do Conselho de Estado
- o procurador geral
- o presidente do Tribunal de Contas
- corpos executivos do poder local
- membros da Alta Autoridade contra a Corrupção
- os secretários-gerais da administração pública
- diretores-gerais da administração pública
- governadores regionais
- membros do conselho de administração de empresas com patrimônio público e patrimônio público-privado, bem como institutos estatais e entidades com autonomia financeira
- embaixadores.

O artigo 3º da lei estabelece que todos os detentores de postos políticos devem apresentar a sua declaração de bens e rendimentos no prazo de 30 dias após o início das suas funções e até 30 dias após o termo do mandato. A falta de apresentação dessas declarações é punível com a lei nos termos do artigo

10º. No entanto, a lei não menciona a família imediata do funcionário e as declarações não são tornadas públicas (Global Integrity 2016).

#### Instituição suprema de auditoria

A instituição suprema de auditoria na Guiné-Bissau é o tribunal de contas que apoia o parlamento. O Ministério das Finanças é responsável por [fornecer](#) ao tribunal uma declaração anual de contas (FMI 2010). A instituição de auditoria suprema nunca emitiu um relatório ou opinião sobre contas auditadas até 2015, quando foram publicados dois relatórios sobre a conta geral do estado para os anos de 2009 e 2010 (Global Integrity 2016). Mudanças constantes na administração devido à instabilidade política resultaram numa falta geral de informações e organização contábil nos diferentes departamentos estatais, empresas e entidades públicas. A resistência em prestar contas e a falta de recursos financeiros da instituição de auditoria suprema constituem obstáculos importantes para o processo de auditoria. No entanto, reformas para abordar essas questões estão aparentemente em curso (Global Integrity 2016). Algumas dessas reformas mencionadas no Relatório Global de Integridade de 2016 incluem:

- cobertura de despesas pelo orçamento geral do estado
- Formação e capacitação dos departamentos estatais e empresas públicas e dos diretores financeiros das instituições.
- Aplicação de procedimentos que assegurem a segurança do exercício de funções dos diretores financeiros em departamentos estatais e empresas e instituições públicas, evitando a demissão após mudanças na administração e consequente perda de informações financeiras, assim como dos conhecimentos acumulados

#### Outras partes interessadas

##### Meios de comunicação social

Embora a constituição permita a liberdade de expressão e de imprensa, essas liberdades são muitas vezes limitadas. Jornalistas que enfrentam assédio e intimidação são um [fenómeno regular](#). Em agosto de 2015, o então primeiro-ministro, Djá,

demitiu os chefes da televisão pública e das emissoras de rádio devido à cobertura da crise política (Freedom House 2016).

O Índice Mundial de Liberdade de Imprensa de 2016 classificou a Guiné-Bissau no 79º lugar. Consequentemente, a Repórteres Sem Fronteiras observou que a cobertura das deficiências governamentais, do crime organizado e a contínua influência dos militares ainda estão sujeitas à autocensura. Tais condições levaram alguns jornalistas a sair do país (RSF 2016).

Por último, embora não haja relatos de que o governo restrinja o acesso à Internet, a falta de infraestrutura, educação e conscientização reduz consideravelmente a sua penetração (Freedom House 2016).

#### Sociedade civil

A Freedom House tem atribuído a Guiné-Bissau uma **pontuação consistente** de 5 num total de 12 pontos na categoria de direitos de associação e organização desde 2014 (Freedom House 2016). As organizações não governamentais (ONG) podem organizar-se livremente na Guiné-Bissau. Não há obstáculos importantes para a criação de uma nova ONG, e uma ONG não é obrigada a apresentar mais papelada do que outras entidades jurídicas (Global Integrity 2016).

Em geral, o governo não interfere com a liberdade de reunião, desde que os manifestantes obtenham a necessária autorização. ONGs foram alvo de assédio após o golpe de Estado de 2012, mas são **vocais** na sua oposição aos abusos de direitos humanos e ao aumento da insegurança económica e social, e geralmente funcionam livremente hoje em dia (Freedom House 2015, Freedom House 2016).

O direito à greve é protegido, e os trabalhadores do governo frequentemente exercem esse direito. Os trabalhadores também podem formar e juntar-se a sindicatos independentes. Em 2015, os professores entraram em greve durante mais de um mês exigindo melhores condições de pagamento e trabalho (Freedom House 2016).

De acordo com o Centro Africano de Estudos Estratégicos (2013), existem vários grupos de vigilância e grupos da sociedade civil proeminentes na Guiné-Bissau. Por exemplo, a Liga Guineense para os Direitos Humanos está a funcionar desde meados da década de 1990, e a sua liderança tem muitas vezes criticado líderes e instituições governamentais por subverter o Estado de direito e os direitos humanos (Centro Africano de Estudos Estratégicos 2013). A Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau também criticou publicamente as ações das forças armadas e condenou a corrupção oficial e a manipulação de processos judiciais (African Center for Strategic Studies 2013).

Mom ku Mom (Mão com mão) facilita o intercâmbio entre oficiais militares atuais e antigos, representantes de grupos da sociedade civil e vítimas de abusos militares (African Center for Strategic Studies 2013).

### 3. REFERÊNCIAS

- Africa Center for Strategic Studies. 2013. *Advancing Stability and Reconciliation in Guinea-Bissau: Lessons from Africa's First Narco-State*. [http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Special\\_Report-Guinea-Bissau-JUN2013-EN.pdf](http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Special_Report-Guinea-Bissau-JUN2013-EN.pdf)
- African Development Bank. 2015. *Guinea Bissau: 2015-2019 Country Strategy Paper*. [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Guinea-Bissau\\_\\_-\\_2015-2019\\_Country\\_Strategy\\_Paper.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Guinea-Bissau__-_2015-2019_Country_Strategy_Paper.pdf)
- African Union Advisory Board on Corruption. 2017. *African Union Advisory Board on Corruption. Status of Ratification of the Convention on Corruption*. <http://www.auanticorruption.org/auac/about/category/status-of-the-ratification>
- Amnesty International. 2016. *Guinea-Bissau 2016/2017*. <https://www.amnesty.org/en/countries/africa/guinea-bissau/report-guinea-bissau/>
- BBC News. 2015. *Guinea-Bissau Profile – Leaders*. BBC News. <http://www.bbc.com/news/world-africa-13444867>
- BBC News. 2017. *Guinea-Bissau Country Profile*. BBC News. <http://www.bbc.com/news/world-africa-13443186>
- Chabal, P. and Green, T. 2016. *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*. 1st ed. London: Hurst & Company.
- CIA. 2016. *The World Factbook — Central Intelligence*

**Agency**

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pu.html>

Deutsche Welle. 2016a. *Guinea-Bissau's President Dissolves Government, Fires Prime Minister*. News. DW.COM | 12.05.2016. <http://www.dw.com/en/guinea-bissaus-president-dissolves-government-fires-prime-minister/a-19252630>

Deutsche Welle. 2016b. *Guinea-Bissau Names New Prime Minister, Fifth in Nine Months*. DW.COM. <http://www.dw.com/en/guinea-bissau-names-new-prime-minister-fifth-in-nine-months/a-36448890>

FAO. 2016. *Guinea-Bissau and FAO Building Resilience and Sustainable Food and Nutrition Security*. <http://www.fao.org/3/a-au071e.pdf>

FAO. 2017. *Guinea-Bissau: FAO in Emergencies*. <http://www.fao.org/emergencies/countries/detail/en/c/161542/>

Freedom House. 2015. *Guinea-Bissau Country Report. Freedom in the World 2015*. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/guinea-bissau>

Freedom House. 2016. *Guinea-Bissau Country Report. Freedom in the World 2016*. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2016/guinea-bissau>

GIABA. 2011. *Guinea-Bissau: Second Follow-Up Report, Mutual Evaluation, Anti-Money Laundering and Combating the Financing of Terrorism*. <https://tinyurl.com/m4ojduf>

Global Integrity. 2016. *Global Integrity. Africa Indicators*. [http://aii.globalintegrity.org/indicator-details?country=guinea\\_bissau&num=17&year=2017](http://aii.globalintegrity.org/indicator-details?country=guinea_bissau&num=17&year=2017)

Global Integrity. 2017. *Global Integrity. Africa Indicators*. [http://aii.globalintegrity.org/scores-map?stringId=transparency\\_accountability&year=2017](http://aii.globalintegrity.org/scores-map?stringId=transparency_accountability&year=2017)

Government Defence Anti-Corruption Index. 2015. *Guinea-Bissau, 2015. Government Defence Anti-Corruption Index*. Transparency International. <http://government.defenceindex.org/countries/guinea-bissau/>

Hall, A. and Antonopoulos, G. 2016. *Fake Meds Online: The Internet and Transnational Market in Illicit Pharmaceuticals*.

Heritage Foundation. 2017. *Guinea-Bissau Economy: Population, GDP, Inflation, Business, Trade, FDI, Corruption*. <http://www.heritage.org/index/country/guineabissau>

Human Development Reports. 2016. *Human Development Reports: Human Developments for Everyone*. <http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>

IANPHI. 2017. *Guinea-Bissau*. IANPHI.

<http://ianphi.org/membercountries/memberinformation/guineabissau.html>

IMF. 2010. *Guinea-Bissau: Enhanced Initiative for Heavily Indebted Poor Countries – Completion Point Document and Multilateral Debt Relief Initiative*. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2010/cr10380.pdf>

IMF. 2011. *Guinea-Bissau: Second Poverty Reduction Strategy Paper*. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11353.pdf>

IMF. 2015. *Guinea-Bissau: Selected Issues*. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr15195.pdf>

IMF. 2016. *Guinea-Bissau: First and Second Reviews Under the Extended Credit Facility Arrangement, Request for Rephasing of Disbursements, Modification of Performance Criteria and Financing Assurances Review-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Guinea-Bissau*.

INASA. 2013. *National Health Research Priorities in Guinea Bissau*. <http://www.cohred.org/wp-content/uploads/2012/09/National-Health-Research-Priorities-in-Guinea-Bissau.pdf>

International Association of Anti-Corruption Authorities (IAACA). 2012. *Guinea Bissau: Committee against Corruption*. [http://www.iaaca.org/AntiCorruptionAuthorities/ByCountriesAndRegions/G/GuineaBissaujigou/201202/t20120209\\_801543.shtml](http://www.iaaca.org/AntiCorruptionAuthorities/ByCountriesAndRegions/G/GuineaBissaujigou/201202/t20120209_801543.shtml)

Internet World Stats. 2017. *Africa by Country Internet Stats and 2017 Population*. <http://www.internetworldstats.com/africa.htm#gw>

ISSAT. 2015. *Project Identification for an EU Programme to support Justice Reform in Guinea Bissau*. <http://issat.dcaf.ch/fre/download/91770/1606915>

Kohl, C. 2010. *National Integration in Guinea-Bissau since Independence*. <https://cea.revues.org/155>

Loewenstein, A. 2016. *Guinea-Bissau Struggles to End Its Role in Global Drugs Trade*. Antony Loewenstein. <https://www.theguardian.com/global-development/2016/jan/07/guinea-bissau-global-drugs-trade>

MDG Fund. 2015. *Guinea-Bissau: Strengthening Justice and Security Sector Reform in Guinea Bissau*. <http://www.mdfund.org/node/593>

Mo Ibrahim Foundation. 2016. *2016 Index of African Index: Guinea-Bissau Insights*.

MSF USA. 2015a. *Guinea-Bissau*. <http://www.doctorswithoutborders.org/country-region/guinea-bissau>

MSF USA. 2015b. *Pediatrics in Guinea-Bissau: “Simple Diarrhea Can Become a Deadly Disease”*. [online]

Available at:

<http://www.doctorswithoutborders.org/article/pediatrics-guinea-bissau-%22simple-diarrhea-can-become-deadly-disease%22>

MSF USA. 2016. *The Challenges and Possibilities of Treating Children in Guinea-Bissau*.

<http://www.doctorswithoutborders.org/article/challenges-and-possibilities-treating-children-guinea-bissau>

OHCHR. 2015. OHCHR. *Guinea-Bissau: "The Situation of Justice is Terrible, but There Are Encouraging Signs", UN Experts Says*.

<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=16617&LangID=E>

Open Knowledge. 2016. *World Bank Doing Business Economy Profile 2017*.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25551>

OSAC. 2016. *Guinea-Bissau 2016 Crime & Safety Report*.  
<https://www.osac.gov/pages/ContentReportDetails.aspx?cid=19736>

Otte, W., van Diessen, E., van Eijsden, P., van der Maas, F., Patsalos, P., Newton, P., Alvarenga, I., Braun, K. and Sander, J. 2015. *Counterfeit Antiepileptic Drugs Threaten Community Services in Guinea-Bissau and Nigeria*.  
[http://thelancet.com/journals/laneur/article/PIIS1474-4422\(15\)00255-0/fulltext?rss=yes](http://thelancet.com/journals/laneur/article/PIIS1474-4422(15)00255-0/fulltext?rss=yes)

Reuters Africa. 2017. *ECOWAS Threatens Sanctions in Guinea-Bissau Amid Political Impasse*.  
<http://af.reuters.com/article/topNews/idAFKBN17R2N7-OZATP>

Reuters UK. 2014. *China Demand Fuels Illegal Timber Logging in Guinea-Bissau*.  
<http://uk.reuters.com/article/uk-bissau-logging-insight-idUKKBN0E10C820140521>

Reuters United States. 2015. *Guinea-Bissau President Rejects Proposed Government*.  
<http://www.reuters.com/article/us-bissau-politics-idUSKCN0S02ZT20151006>

Reuters United States. 2016. *Exclusive: IMF Halts Payments to Guinea-Bissau over Bank Bailouts – IMF Official*.  
<http://www.reuters.com/article/us-bissau-imf-idUSKCN0YP1XE>

Reuters United States. 2017. *Thousands of Protesters Call for Guinea Bissau Leader to Quit*.  
<http://www.reuters.com/article/us-bissau-politics-idUSKBN16W0P8>

Reuters World News. 2015. *Guinea-Bissau President Rejects Proposed Government*.  
<http://www.reuters.com/article/us-bissau-politics-idUSKCN0S02ZT20151006>

Smolczyk, A. 2013. *Africa's Cocaine Hub: Guinea-Bissau a 'Drug Trafficker's Dream'*. *Spiegel Online. International*.  
<http://www.spiegel.de/international/world/violence-plagues-africa-s-cocaine-hub-902121.html>

[african-hub-of-cocaine-trafficking-a-887306.html](http://african-hub-of-cocaine-trafficking-a-887306.html)

Standing, A. 2011. *Corruption and the Political Economy of Fisheries: Some Considerations from Africa*.

[https://www.academia.edu/9277224/Corruption\\_and\\_the\\_political\\_economy\\_of\\_fisheries\\_Some\\_considerations\\_from\\_Africa?auto=download](https://www.academia.edu/9277224/Corruption_and_the_political_economy_of_fisheries_Some_considerations_from_Africa?auto=download)

The Africa Report. 2015. *Guinea-Bissau Country Profile 2015: Change for the better at last?*.

<http://www.theafricareport.com/West/guinea-bissau-country-profile-2015-change-for-the-better-at-last.html>

The Conversation. 2016. *Narco-state or Failed State? Guinea-Bissau and the Framing of Africa*.

<http://theconversation.com/narco-state-or-failed-state-guinea-bissau-and-the-framing-of-africa-62118>

The Guardian. 2014. *China's Red Furniture Craze Fuelling Illegal Logging in Guinea-Bissau*.

<https://www.theguardian.com/global-development/2014/jul/23/china-furniture-rosewood-illegal-logging-guinea-bissau>

TRACE International. 2016. *TRACE International. TRACE Matrix*.

<https://www.traceinternational.org/trace-matrix>

Transparency International. 2016. *Transparency International – Guinea-Bissau*.

<https://www.transparency.org/country/GNB>

U.S. Department of State. 2016. *2016 International Narcotics Control Strategy Report (INCSR): Guinea-Bissau*.

<https://www.state.gov/j/inl/rls/nrcpt/2016/vol1/253268.htm>

U.S. Department of State. 2016. *Guinea-Bissau*.

<https://www.state.gov/j/inl/rls/nrcpt/2016/vol2/253402.htm>

UN News Centre. 2012. *UN News – Security Council Imposes Travel Ban on Guinea-Bissau Coup Leaders*.  
<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=42044#.WPNViBTS0II>

UNIOGBIS. 2016. *Cashew Nut Central to Guinea-Bissau Economy: A Blessing or a Curse?*

<https://uniogbis.unmissions.org/en/cashew-nut-central-guinea-bissau-economy-blessing-or-curse>

UNIOGBIS. 2016. *Corruption is a Virus for a Nation – Official*.

<https://uniogbis.unmissions.org>

UNODC. 2016. *Signatories to the United Nations Convention against Corruption*.

<https://www.unodc.org/unodc/en/treaties/CAC/signatories.html>

UNODC. 2017. *Firearms*.

<https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/newrosenewebsite/TOC/firearms.html>

US Department of State. 2015. *Country Reports on Human Rights Practices for 2015*.

<https://www.state.gov/documents/organization/252903.pdf>

WHO. 2014. *Global Atlas of Medical Devices – 2014 (Guinea-Bissau)*.  
[http://www.who.int/medical\\_devices/countries/gnb.pdf?ua=1](http://www.who.int/medical_devices/countries/gnb.pdf?ua=1)

World Bank. 2006. *Business Environment in Guinea-Bissau. World Bank Enterprise Survey of Business Managers*. World Bank Group.  
<http://www.enterprisesurveys.org/data/exploreconomies/2006/guinea-bissau>

World Bank. 2011. *Guinea Bissau Revitalizes Agriculture Sector, Increases Rice Production*.  
<http://www.worldbank.org/en/news/feature/2011/05/27/guinea-bissau-revitalizes-agriculture-sector-increases-rice-production>

World Bank. 2015. *Worldwide Governance Indicators. DataBank*.  
<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=Worldwide-Governance-Indicators>

World Bank. 2016. *Guinea-Bissau Overview*.  
<http://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/overview>

World Health Organization. 2015. *Guinea-Bissau: Country Profiles*.  
[http://www.who.int/gho/countries/gnb/country\\_profiles/en/](http://www.who.int/gho/countries/gnb/country_profiles/en/)

*"Anti-Corruption Helpdesk Answers provide practitioners around the world with rapid on-demand briefings on corruption. Drawing on publicly available information, the briefings present an overview of a particular issue and do not necessarily reflect Transparency International's official position."*